

ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS PARA A CHINA (1999-2013)

Mygre Lopes da Silva¹

Rodrigo Abbade da Silva²

Bruno Pereira Conte³

Nadine Gerhardt Lermen⁴

Daniel Arruda Coronel⁵

Reisoli Bender Filho⁶

RESUMO: O objetivo deste trabalho consiste em analisar a competitividade das exportações gaúchas para a China, de soja em grão e fumo, no período de 1999 a 2013. Especificamente, parte-se da compreensão da orientação destas exportações e da especialização do estado na exportação destas *commodities*. O método utilizado baseia-se no cálculo dos indicadores de competitividade aplicados ao comércio internacional: Índice de Orientação Regional (IOR) e Índice de Contribuição do Saldo Comercial (CS). Os resultados indicam a importância do mercado importador chinês para as exportações gaúchas de ambos os produtos. Além disso, indica-se a ampliação da dependência do setor gaúcho exportador de soja da China. Para o setor do fumo, observa-se comportamento inverso. As medidas de desestímulo ao setor fumageiro adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) acarretam a orientação decrescente das exportações gaúchas de fumo à China. A contribuição ao saldo comercial dos dois produtos é significativa, corroborando com a ampliação do mercado exportador de soja, devido à elevada demanda mundial e retração do mercado fumageiro, o qual foi afetado pelas políticas da OMS. Em suma, o mercado de soja mostra-se em crescimento, especialmente em relação à demanda chinesa, e o de fumo apresenta declínio.

PALAVRAS-CHAVE: Competitividade; Exportações Gaúchas; Indicadores de Comércio Internacional.

ANALYSIS OF THE COMPETITIVENESS OF RIO GRANDE DO SUL'S EXPORTS TO CHINA (1999-2013)

ABSTRACT: The objective of this study is to examine the competitiveness of Rio Grande do Sul's exports of soybean and tobacco to China, from 1999 to 2013. Specifically, the focus is to build an understanding of the orientation of these exports and the specialization status of the state in the exports of these commodities. The method used is based on the calculation of competitiveness indicators applied to international trade, such as the Regional Orientation Index (IOR) and the Trade Balance Contribution Index (CS). The results indicate the importance of the Chinese import market for the exports of Rio Grande do Sul regarding both products. In addition, it indicates an increase of the dependence of the state's exporting sector of soybeans to China. In relation to tobacco, it is observed an opposite behavior. The disincentive measures to the tobacco industry adopted by the World Health Organization (WHO), resulted in a decrease of tobacco exports from Rio Grande do Sul to China. The contribution of the two products to the trade balance is significant, supporting the expansion

Recebido: 10/05/2015

Aprovado: 12/11/2015

of the soybean exporter market due to high global demand and the contraction of the tobacco market, which was affected by WHO's policies. In short, the soybean market is growing, especially in relation to the Chinese demand, whereas the tobacco market is declining.

KEYWORDS: Competitiveness; Rio Grande do Sul's exports; World Trade Indicators.

1. INTRODUÇÃO

O comércio internacional pode promover maior eficiência na alocação dos recursos, o pleno emprego, o crescimento e a distribuição internacional da renda, condições que ampliam o bem-estar das sociedades (ROBSON, 1980). No Brasil não é diferente, pois o comércio exterior tem impulsionado as atividades econômicas, com as exportações sendo importantes para a manutenção do saldo da balança comercial, bem como para a geração de divisas para o país.

Nestes fluxos de comércio, a crescente participação do agronegócio brasileiro no mercado internacional é resultado da combinação de importantes fatores, tais como o clima propício, o investimento em tecnologia, a disponibilidade de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, além do aproveitamento da mesma área para diversificar a produção (FRIES *et al.*, 2013).

Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o quarto maior exportador, ficando atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO – MAPA, 2012). Em termos de participação na pauta exportadora brasileira, em 2014, o estado foi responsável por 8,31% (ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR – ALICE WEB, 2014)¹.

Neste mesmo ano, a soja em grão e o fumo representaram praticamente um terço do total exportado (21,32% e 9,72% das exportações gaúchas, respectivamente). Estas culturas destacam-se pela rentabilidade proporcionada aos produtores, impulsionada principalmente pela demanda externa (FREITAS; BARRERO, 2003; CORONEL; MACHADO; CARVALHO, 2009).

Desta forma, essas *commodities* apresentam-se concentradas quanto aos seus destinos, com a China como principal mercado, cuja participação atingiu 90% e 18% das exportações, em 2014 (ALICE WEB, 2014). Com base nestas evidências, entender o comportamento do

¹ O Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior (AliceWeb) é uma base de dados com estatísticas brasileiras de exportações e importações, com diferentes níveis de agregação por região; seja por país, estado, município, porto, via; por período e mercadorias, de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

mercado do país asiático se torna relevante para o agronegócio gaúcho, sobremaneira destes dois produtos.

Buscando subsídios para essa questão, formulou-se o seguinte problema: qual é a dinâmica das exportações gaúchas de soja em grão e fumo para o mercado chinês? Este trabalho procura analisar a competitividade das exportações do Rio Grande do Sul destinadas à China. Como objetivos específicos, busca-se analisar a orientação destas exportações ao mercado destino e a especialização do estado na exportação destas *commodities*. A análise compreende o período de 1999 a 2013, cujo marco inicial representa o ano em que o Brasil adotou o regime de câmbio flutuante (VIANNA; BRUNO; MODENESI, 2010), até o ano em que os dados estão disponíveis (ALICE WEB, 2014).

Com isso, busca-se contribuir com o debate acadêmico a respeito dos padrões de especialização do comércio internacional gaúcho. Permite também ampliar a compreensão dos fatores inerentes à competitividade das exportações do agronegócio gaúcho, o que amplia as condições à formulação de políticas econômicas visando a uma maior competitividade e inserção internacional, bem como a ampliação das estratégias empresariais.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico; na seção seguinte, apresentam-se os aspectos metodológicos; na quarta, os resultados são analisados e discutidos e, por fim, apresentam-se as principais conclusões do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com os respectivos conceitos de vantagens absolutas e comparativas, o livre comércio foi justificado pelos economistas clássicos, Adam Smith (1983) e David Ricardo (1982). Em 1776, Adam Smith publicou *A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas*, onde formulou, com base na divisão do trabalho, a teoria que ficou conhecida como Vantagens Absolutas, tendo como pressuposto básico que, se duas nações aceitassem comercializar entre si, ambas poderiam ganhar.

O princípio das Vantagens Absolutas postula que as nações deveriam especializar-se na produção da *commodity* a qual produzissem com maior vantagem absoluta e trocar parte de sua produção pela *commodity* que produzissem com desvantagem absoluta (SALVATORE, 2000). Contudo, havia uma grande limitação, visto que, se uma nação não apresentasse nenhuma vantagem absoluta, não poderia participar do comércio (RAINELLI,

1998). Os preços dos produtos eram determinados pelo custo da mão de obra empregada (trabalho), desconsiderando os custos como matéria-prima (natureza), investimentos e know-how (capital) (MAIA, 2001).

O principal objetivo de Smith ao propor a livre troca era a abertura dos mercados internacionais para os produtos industriais ingleses, para que a Inglaterra não bloqueasse o desenvolvimento de sua industrialização, uma vez que seu mercado interno era pequeno e incapaz de absorver toda a produção. Além disso, o comércio entre países levaria à acumulação de capital, e como consequência, ao desenvolvimento econômico (SALVATORE, 2000).

Nos Princípios de Economia Política, em 1817, David Ricardo realizou avanços na teoria de Adam Smith ao expor a Lei das Vantagens Comparativas. Conforme esta, mesmo que uma nação possua desvantagem absoluta na produção de ambas as *commodities*, ainda assim haveria uma possibilidade de comércio, desde que a nação se especializasse na produção de sua *commodity* de menor desvantagem absoluta. As vantagens comparativas implicam a especialização da produção dos bens em que apresenta o menor custo relativo, na comparação de dois bens.

A Teoria Clássica do Comércio Internacional não é suficiente para explicar o atual funcionamento do comércio internacional. Para os pressupostos clássicos serem válidos, o comércio internacional deveria observar as seguintes condições: concorrência perfeita nos mercados de bens e fatores; livre comércio, dentre outros (FERRARI FILHO, 1997).

Com o sentido de preencher as lacunas da Teoria do Comércio Internacional, a Teoria Neoclássica do Comércio Internacional resultou no modelo de Heckscher-Ohlin. A introdução de outros fatores de produção permitiu compreender a vantagem comparativa como a produção do bem em que seja intensivo no fator de produção abundante em determinado país. Esse teorema explica as vantagens comparativas através da dotação de fatores e, portanto, a utilização do fator de produção mais abundante sugere que seu custo é menor, resultando em mercadorias com preços mais baixos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

De acordo com Salvatore (2000), o modelo consiste no comércio em que cada nação exporta a *commodity* intensiva em seu fator abundante de produção e importa a *commodity* que exija a utilização do seu fator escasso e maior custo de produção. Logo, a utilização do fator de produção mais abundante sugere que seu custo é menor, resultando em mercadorias com preços mais baixos e uma produção mais eficiente.

Cabe destacar que a troca de produtos intensivos em diferentes fatores produtivos pode substituir a mobilidade internacional destes fatores. Contudo, a liberalização comercial prejudica determinado país que possua um fator produtivo relativamente escasso (CAVES; FRANKEL; JONES, 2001). Além disso, dificilmente a economia mundial encontra-se em plena liberalização do comércio, em que os impedimentos vão desde barreiras tarifárias até as não tarifárias, como cotas, restrição voluntária às exportações, subsídios, barreiras sanitárias e fitossanitárias, técnicas, ambientais, burocráticas, entre outras (LOPES et al., 2013).

A inadequação das teorias anteriores do comércio internacional para explicar o mercado atual se dá pelo fato de considerarem a ausência de economias de escala, as tecnologias constantes, a imobilidade dos fatores e a concorrência perfeita entre os agentes (SALVATORE, 2000). A teoria da vantagem competitiva de Michael Porter traz um conceito mais condizente com a realidade moderna.

A vantagem competitiva baseia-se na produtividade, por meio de economias de escala, diferenciação de produto, mudanças tecnológicas. Desta forma, o comércio internacional permite o aumento de produtividade e elimina a necessidade da produção de todos os bens e serviços dentro de um país. “A questão mais importante é como as empresas e países melhoram a qualidade dos fatores, aumentam a produtividade com que são utilizados e criam novos” (PORTER, 1993).

A teoria de Porter baseia-se em estudos empíricos em nações já industrializadas, respalda-se nos países desenvolvidos, os quais necessitam cada vez mais de aprimoramento do produto, e o aspecto qualitativo, e não o quantitativo, é o mais importante (PORTER, 1993).

As teorias anteriormente apresentadas têm como pressuposto o livre comércio entre as nações. Porém, nem sempre o fluxo de mercadorias é garantido sem obstáculos. As barreiras comerciais são os principais empecilhos ao *laissez-faire*, as quais são aplicadas com o intuito de proteger economias nacionais. Existem diversas formas de protecionismo, sendo uma delas a tarifa, um imposto cobrado quando um bem é importado (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

As tarifas eram a forma mais utilizada para um país proteger a economia e seus efeitos eram distintos, pois os produtores se beneficiavam, contudo, os consumidores eram prejudicados, visto que pagavam um preço mais elevado pelas mercadorias (BRUM; HECK, 2005). As tarifas podem ser de três tipos: *ad valorem*, específicas e compostas. De acordo com Salvatore (2000), as tarifas *ad valorem* são expressas como uma porcentagem fixa do

valor da *commodity* comercializada. As tarifas específicas são expressas com uma quantia fixa por unidade física da *commodity* comercializada. Já a tarifa composta é uma combinação das tarifas *ad valorem* e específica.

As tarifas diminuíram nos últimos tempos porque os governos preferem proteger suas indústrias por meio de barreiras não tarifárias, como forma de evitar sanções e discussões na Organização Mundial do Comércio (KRUGMAN, OBSTFELD, 1999). A proteção com base nas barreiras não tarifárias passou a se chamar de o “novo protecionismo”, em contraste com o velho protecionismo, que se baseava nas tarifas alfandegárias (WILLIANSO, MILNER, 1991).

As cotas, as restrições voluntárias às exportações, subsídio às exportações e as novas barreiras comerciais, que são técnicas, ecológicas, burocráticas e sanitárias, são as principais barreiras não tarifárias utilizadas pelos países (AZÚA, 1986; MAIA, 2001). A cota é uma restrição quantitativa que limita as importações de determinadas *commodities*. Define-se restrição voluntária às exportações como um pedido do país importador ao país exportador, no sentido de reduzir a quantidade de mercadorias exportadas, a fim de evitar maiores sanções no âmbito macroeconômico internacional (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

Os subsídios às exportações são pagamentos diretos, concessão de isenção fiscal, empréstimos subsidiados aos exportadores da nação. Os subsídios também podem se dar na forma de empréstimos a juros baixos concedidos a compradores estrangeiros de maneira a estimular as exportações do país (SALVATORE, 2000).

As barreiras técnicas são mecanismos que as nações utilizam para proteger seu mercado, ou seja, a nação só importará determinados produtos se eles seguirem certos padrões. As barreiras ecológicas têm como pretexto proteger a natureza. Entende-se por barreiras sanitárias a proibição da importação de determinadas mercadorias por considerar-se que esses produtos podem causar problemas à saúde da população (MAIA, 2001). Estas barreiras podem ser vistas como uma forma de as economias protegerem seus mercados.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada baseia-se no cálculo dos indicadores de competitividade aplicados ao comércio internacional, tais como o Índice de Orientação Regional (IOR) e o Índice de Contribuição ao Saldo Comercial (ICSC). A utilização do IOR analisa a tendência do comércio de uma *commodity* para determinada região. O ICSC aborda a contribuição de

um produto na formação do saldo comercial de uma região, indicando a existência ou não de vantagens comparativas neste comércio.

3.1 Índice de Orientação Regional (IOR)

Primeiramente abordado por Yeats (1997), o Índice de Orientação Regional permitiu verificar a existência de criação ou destruição de comércio nos países membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); de outra forma, possibilitou analisar a ocorrência de alteração nos padrões do comércio. O índice mostra qual é a tendência para exportar determinada *commodity* a um país ou determinada região, como um bloco econômico, por exemplo. Yeats (1997, p. 11) aponta alguns pontos que devem ser considerados para o cálculo desse índice:

a) caso o estudo se refira a somente a um período, o índice fornece uma visão limitada do comércio entre os países, mas se for utilizada uma série temporal, pode mostrar possíveis mudanças na orientação regional do comércio em análise, até mesmo por permitir a comparação entre os períodos; b) o índice é determinado por vários fatores os quais podem orientar o comércio a uma determinada região ou não, sejam eles vantagens comparativas, custos de transporte e barreiras ao comércio. Em curto e médio prazos, ele será mais sensível às barreiras comerciais do que aos fatores anteriormente citados (conforme o caso do Mercosul).

Formalmente, o IOR pode ser expresso da seguinte forma:

$$IOR = (X_{GXC}/X_{GC}) / (X_{GXE}/X_{GE}) \quad (1)$$

em que X_{GXU} representa as exportações gaúchas de determinada *commodity* para a China; X_{GU} representa o total das exportações gaúchas para a China; X_{GXE} representa as exportações gaúchas de determinada *commodity* para extra-China; X_{GE} representa o total das exportações gaúchas para extra-China.

Em termos analíticos, o índice possui os extremos de 0 a ∞ ($0 \leq IOR \leq \infty$), e, quanto mais próximo de 1, há a mesma tendência a exportar a *commodity* X para a região em questão, no caso para a China e para extra-China.

3.2 Índice de Contribuição ao Saldo Comercial (ICSC)

Outro índice que auxilia na identificação da especialização das exportações é o Índice de Contribuição para o Saldo Comercial (ICSC), definido por Lafay (1990). Ele consiste na comparação do saldo comercial de cada produto, ou grupo de produtos, com o saldo comercial teórico desse mesmo produto (PEREIRA *et al.*, 2009).

O ICSC de um produto ou de grupo de produtos i , em uma região j , é expresso por:

$$CS = \frac{100}{(X + M) / 2} \left[\left[(X_i - M_i) - (X - M) \right] \frac{(X_i + M_i)}{(X + M)} \right] \quad (2)$$

em que X e M são, respectivamente, as exportações e importações totais do Rio Grande do Sul e; X_i e M_i são, respectivamente, as exportações e importações de determinado produto do Rio Grande do Sul.

Sendo assim, uma região apresentará vantagens comparativas em determinado grupo setorial quando o indicador ICSC for positivo ($ICSC > 0$). Caso contrário, seu resultado apresentará um valor negativo.

3.3 Fonte de dados

As variáveis utilizadas foram coletadas a partir do Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior (Alice Web), com periodicidade anual. Foram utilizados os códigos 1201, para soja, mesmo triturada e 2401, para tabaco não manufaturado, conforme a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise do Índice de Orientação Regional

O Índice de Orientação Regional (IOR) permite verificar se certo produto exportado por determinada região possui alguma orientação, caso da soja em grão e do fumo, quando analisadas as exportações para a China. As Figuras 1 e 2, a seguir, apresentam os valores dos índices para o período entre 1999 e 2013. Além disso, foi traçada uma linha de tendência, indicando uma média de comportamento do índice ao longo da série temporal.

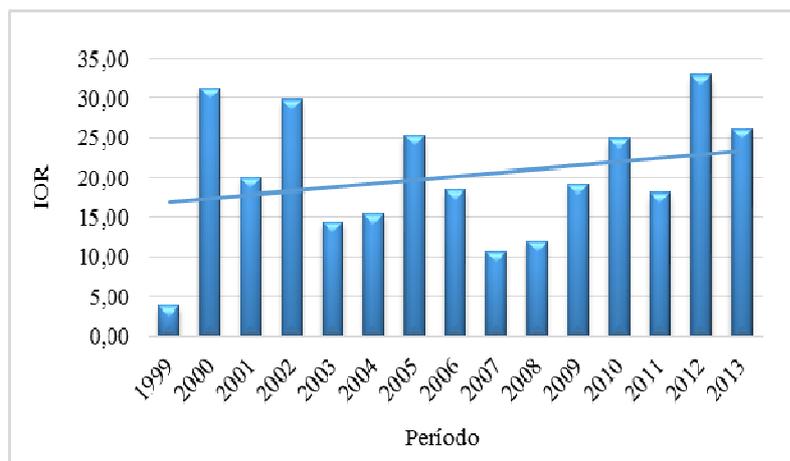


Figura 1- Índice de Orientação Regional de soja em grão do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2013

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do ALICE Web

A soja é um dos produtos com maior destaque nas exportações brasileiras, devido, principalmente, à elevação do consumo desta leguminosa pela China, que passou de 7,6% para 18% em participação nas vendas externas agropecuárias entre 2006 e 2011 (MAPA, 2012). Considerando a soja em grão, de acordo com a Figura 1, nota-se que os valores do IOR foram maiores que a unidade em todo o período de análise, indicando que as exportações gaúchas de soja são orientadas para a China. Além disso, verificou-se uma tendência de crescimento deste indicador, de acordo com o comportamento da linha de tendência. Esse crescimento na orientação das exportações pode ser explicado, em linhas gerais, pela forte demanda por alimentos do mercado chinês, devido ao seu elevado contingente populacional (SANTOS; BATALHA; PINHO, 2012).

De forma detalhada, os valores do índice apresentaram oscilação no decorrer dos anos, com períodos mais voláteis entre 2004 e 2011 e com estabilização em 2012 e 2013. Outro fato interessante está na diferença entre 1999 e 2000, visto que o índice passou de 3 para 31. Segundo Fürstenau (2004), a concentração dos contratos de exportação de soja em grão para a China fez com que o Rio Grande do Sul fosse o estado mais atingido pelas restrições estabelecidas por aquele país em relação à soja brasileira, no embargo da soja do estado em 2004, pela China devido a questões fitossanitárias.

Um dos fatores que impulsionaram as exportações de soja em grão foi a Lei Complementar n.º 87, de 13 de setembro de 1996, mais conhecida como Lei Kandir, que desonerou as exportações de produtos *in natura* do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS); contudo, há várias críticas em relação a esta lei, visto que ela vem desestimulando a

venda de produtos que poderiam ter maior valor agregado, como farelo e óleo (WILDER; MARTINES FILHO; BARROS 1999).

Outro fator que colaborou para o crescimento das exportações não só do grão, mas do complexo soja com um todo foi a desvalorização cambial de 1999, conforme pesquisa de Cassuce e Santos (2005) e Souza *et al.* (2007).

O período 1997-2011 caracteriza-se pela alternância de saldos deficitários e superavitários com a China, uma vez que, de 1997 a 2000 e no biênio 2007-08, o comércio brasileiro com aquele país foi deficitário (ÀVILA, 2012).

Motivados por uma boa safra em 2011 e pelo aumento dos preços internacionais, os produtores do RS aumentaram em 4,52% a área plantada de soja do estado em 2012. Áreas que eram utilizadas para o cultivo de arroz deram espaço para a cultura da soja, principalmente na região Sul do estado (FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL - FARSUL, 2012).

Em análises realizadas por Ilha e Coronel (2006); Coronel (2008), Fries *et al.* (2013) e Lopes *et al.* (2013), a soja em grão, à medida que vai ganhando maior competitividade, vai se direcionando gradativamente para a China, o que pode ser corroborado pelos dados encontrados.

Em relação ao fumo, de forma geral, as exportações gaúchas do setor são orientadas para a China, conforme a Figura 2. Porém, a linha de tendência indica um comportamento decrescente ao longo de todo o período de análise. Pode-se sugerir que este fato está relacionado com a aprovação de políticas de redução de produção, comercialização e consumo de produtos do setor fumageiro, na Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), em 2003, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (LOPES *et al.*, 2013).

Neste contexto, considerando o período entre 1999 e 2013, apenas em 2003 e 2006 o IOR assumiu valores menores que a unidade, indicando baixa orientação das exportações de fumo para a China. Para os demais anos, o índice é maior que a unidade, o que indica forte orientação das exportações do fumo produzido do Rio Grande do Sul para a China, com destaque para os anos 1999, 2005 e 2008, nos quais o índice apresenta os valores mais elevados.

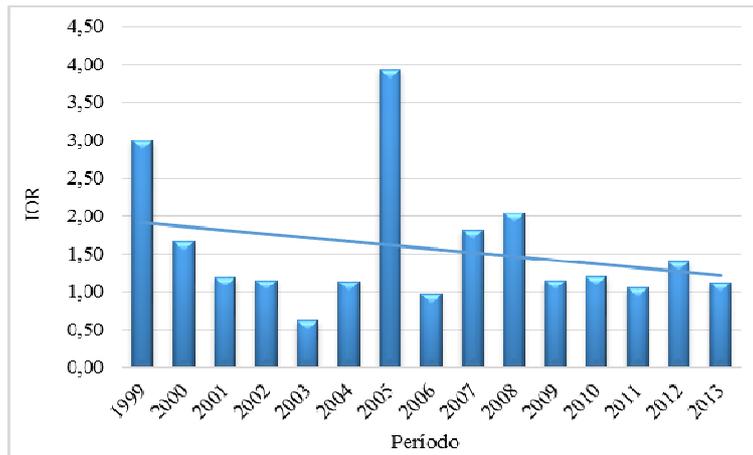


Figura 2- Índice de Orientação Regional de fumo do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2013

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do ALICE Web

Apesar dos resultados positivos, o IOR para as exportações de fumo à China também apresentou fortes oscilações, inclusive de um ano para o outro. É possível destacar uma tendência decrescente entre 1999 e 2003, com uma queda de 79,26% neste período, o que pode ser explicado por reduções das quantidades colhidas, como no ano de 2001, em que a safra do estado foi de excelente qualidade, porém menor que a safra do ano anterior (GARCIA, 2002). Já a significativa queda do índice no ano de 2003 está associada à quebra de safra devido ao excesso de chuva em 2002 (BELLO, 2004).

Nos anos seguintes, 2004 e 2005, ocorreu uma melhora significativa, entretanto, esta foi seguida por uma expressiva queda de 75,25% no índice em 2006, fato que se deve à queda da produção ocasionada pela estiagem no Rio Grande do Sul em 2005, bem como à queda da competitividade provocada pela apreciação cambial (FRIES; CONTE; CORONEL, 2014).

Em 2007 e 2008, o índice apresentou um aumento de 52,21%, o que resultou do aumento da quantidade de fumo exportada para a China, a qual passou a ser o maior importador do fumo produzido no estado em 2007, permanecendo como principal importador nos anos seguintes (CALDAS, 2013).

No quinquênio seguinte, entre 2009 e 2013, o índice alternou quedas e ascensões não muito expressivas. Os resultados corroboram os de Fries *et al.* (2014), que argumentam que a orientação das exportações de fumo do estado para a China é um reflexo do significativo crescimento do comércio bilateral entre os dois países na última década, bem como os resultados de Caldas (2013) que evidencia a importância e o crescimento das exportações de fumo do Rio Grande do Sul para o país asiático.

4.2 Análise do Índice de Contribuição ao Saldo Comercial

O Índice de Contribuição ao Saldo Comercial destes produtos está disposto nas Figuras 3 e 4. No caso da soja em grão, de acordo com a Figura 3, verifica-se, de forma geral, que o ICSC é positivo ao longo de todo o período de análise, indicando que o Rio Grande do Sul apresenta relativa especialização na exportação da *commodity*.

Ainda neste contexto, pode-se ressaltar que o grau de especialização do estado é crescente, conforme indicado na linha de tendência da Figura 3. A especialização do estado pode ser indicada pelas vantagens comparativas, devido à abundância de recursos naturais e ao clima propício para a cultura na região. Além disso, as vantagens competitivas do setor devem ser citadas, como os investimentos em tecnologia, melhoramento genético, entre outros.

Também nota-se que o ICSC, apesar de alguma oscilação, apresenta uma tendência de crescimento, mais acentuada no ano de 2013. Entretanto, cabe ressaltar que o valor do índice no ano de 2005 foi o menor dos anos analisados. Este resultado pode ser explicado pela retração da economia gaúcha naquele ano em cerca de 4,6%, a qual deve-se, sobretudo, à agricultura, com diminuição na produção da soja em cerca de 55,9% (FISCHER, 2006).

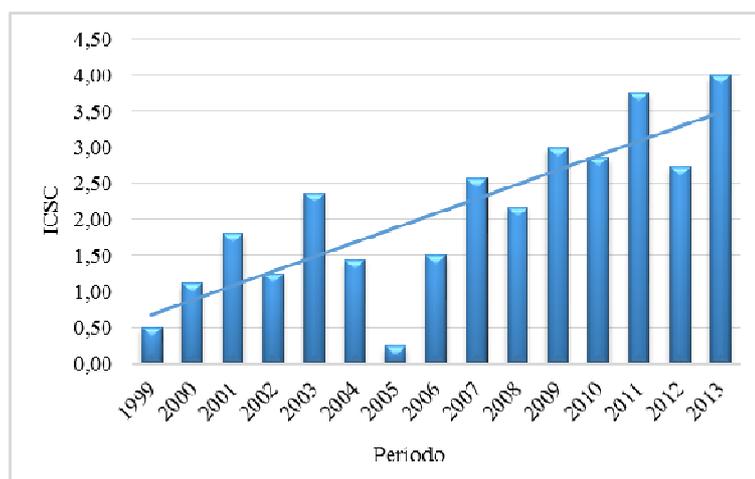


Figura 3- Índice de Contribuição ao Saldo Comercial de soja em grão do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2013

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do ALICE Web

Observa-se que o Índice de Contribuição ao Saldo Comercial de soja em grão oscila no decorrer dos anos analisados, com valores mais altos nos últimos três anos de análise, isto

é, 2011 a 2013. Um fator que favoreceu estes valores foi o crescimento das exportações. De acordo com a FEE (2012), isso se deve aos estoques ajustados dos Estados Unidos, maior exportador mundial de soja, ao mesmo tempo em que a Argentina, terceira maior exportadora, apresentou safra inferior em 2011.

Além disso, o Brasil tornou-se, na safra 2012/13, o maior exportador mundial de soja. O país exportou no último ciclo quase 42 milhões de toneladas do grão. Os Estados Unidos exportaram menos de 36 milhões de toneladas, volume abaixo do esperado devido à necessidade de recomposição dos estoques internos que foram afetados pela quebra no ano anterior. Outros países como Argentina, Paraguai e Canadá também estão na lista de maiores exportadores (MOREIRA, 2014).

Seguindo a mesma linha, em 2013, o estado exportou um valor de US\$ 4,2 bilhões, perfazendo um crescimento de 114% em relação ao ano anterior. Explica-se esse crescimento pelo aumento no volume exportado, o qual atingiu 119,5%. Essa forte variação deu-se pela combinação de uma safra excelente colhida em 2013 com o fato de ela ter ocorrido logo após uma das piores safras, que foi a de 2012, resultado da forte estiagem que atingiu o estado (RISCO, 2014).

Durante o período de 2001 a 2012, o comércio bilateral Brasil-China cresceu substancialmente, pois, segundo dados do MDIC (2012), a China absorveu aproximadamente 58% das exportações desta *commodity* até o ano de 2008, e posteriormente, de 2009 a 2012, as importações de soja em grão por aquele país corresponderam a mais de 80%. (FRIES *et al.*, 2013).

Entre os anos de 1999 a 2005, o Índice de Contribuição ao Saldo Comercial apresentou as maiores oscilações no período analisado. Essas oscilações podem ser explicadas porque o Rio Grande do Sul apresentou algumas quedas acentuadas nas exportações de soja, ocorridas em 1999 e 2005, ocasionadas em virtude das quedas de produção no estado nos respectivos anos. Em 2005, por consequência da estiagem que atingiu o estado, as exportações gaúchas tiveram a menor participação no valor das exportações brasileiras, ficando com 2,02% (MDIC, 2013).

As exportações brasileiras, principalmente do estado do Rio Grande do Sul, na última década, foram fortemente influenciadas pelas importações da China, país que demanda grande quantidade de *commodities* agrícolas. A China, em 2010, importou um volume de 54.797.753 toneladas de soja do mundo, sendo 41% deste volume comprado do Brasil, segundo Soja (2013).

Com isso, verifica-se que há importante contribuição ao saldo comercial do produto soja em grão para o Rio Grande do Sul e isto é possível devido não só às exportações gaúchas, mas também à participação brasileira no mercado.

Para o fumo, de acordo com a Figura 4, o índice de contribuição ao saldo comercial apresenta valores positivos e maiores que a unidade em todo o período analisado, indicativo de que as exportações de fumo do Rio Grande do Sul são competitivas e representam uma parcela importante das exportações totais do agronegócio gaúcho. Ainda neste contexto, deve-se considerar que, ao longo de todo o período de análise, a tendência do grau de especialização do estado no setor mostra-se decrescente, de acordo com a linha de tendência na Figura 4.

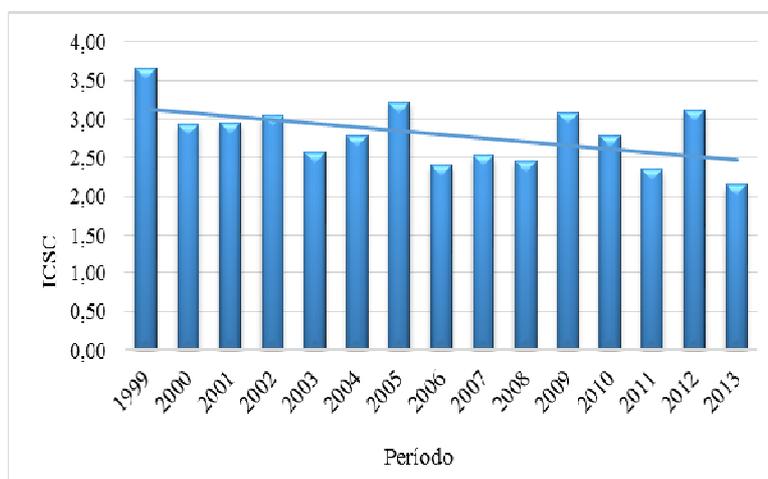


Figura 4- Índice de Contribuição ao Saldo Comercial de fumo do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2013

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do ALICE Web

Pode-se sugerir que a queda de competitividade não parte apenas de uma especificidade do estado, mas é consequência das medidas adotadas pela OMS, em 2003, as quais acabaram repercutindo em desestímulo de toda cadeia de mercado fumageiro (LOPES et al., 2013).

Porém, o índice não apresenta uma tendência definida ao longo do período analisado, apenas oscilações, alternando aumentos e quedas não muito expressivos, mantendo um patamar relativamente estável de competitividade, sendo que os maiores resultados ocorreram nos anos 1999, 2005 e 2012.

Os elevados resultados alcançados em 2005 e 2012 se devem ao fato de as exportações gaúchas de fumo terem crescido a taxas maiores que as exportações mundiais nestes anos (FRIES; CONTE; CORONEL, 2014). Em 2012, o aumento do índice foi de

24,67% em relação ao ano anterior. Segundo Caldas (2013), em 2012, as exportações de fumo do estado alcançaram US\$ 2,218 bilhões contra US\$ 1,879 bilhão em 2011, evidenciando uma elevação de 18% no volume exportado.

Já os anos de menor contribuição das exportações de fumo para a China foram 2006, 2011 e 2013. Especificamente em 2006, o ICSC sofreu uma queda de 25,15%, resultado possivelmente decorrente da quebra da safra ocorrida devido à estiagem no Rio Grande do Sul no ano anterior e da apreciação cambial no período em questão (FRIES; CONTE; CORONEL, 2014). Em relação aos resultados de 2011 e 2013, pode-se indicar como motivo a queda da competitividade das exportações de fumo no período mais recente, como é evidenciado por Lopes *et al.* (2013). Esse resultado também pode ser associado à retração das exportações devido à menor área plantada, consequência do aumento do imposto sobre produtos industrializados e do rigor da nova legislação brasileira sobre o consumo de cigarros.

Em síntese, os resultados obtidos corroboram os de Fries *et al.* (2014), que atestam que as exportações de fumo do Rio Grande do Sul são dinâmicas e competitivas e possuem grande destaque na pauta de exportações.

5. CONCLUSÕES

O Rio Grande do Sul é o quarto maior estado exportador brasileiro, tendo como principais produtos exportados a soja em grão e o fumo, os quais, juntos, representaram cerca de 31,0% do total exportado pelo estado. A peculiaridade está na elevada concentração dos destinos, com participação mais relevante da China, que, em 2014, importou cerca de 90,29% e 18,26% das exportações gaúchas das *commodities* soja em grão e o fumo, respectivamente. Logo, analisar o comportamento dos fluxos de comércio para esse mercado é essencial para a formulação de políticas e estratégias de comércio para o estado.

Os resultados indicaram que as exportações de soja e fumo do Rio Grande do Sul são direcionadas à China, conforme Índice de Orientação Regional, bem como o aumento na dependência comercial entre a China e o setor brasileiro produtivo de soja. Isso indica a dependência entre os dois países no intercâmbio de soja e fumo, com o Brasil no papel de produtor e exportador e a China no papel de importador e consumidor. Neste sentido, a elevada demanda chinesa por alimentos, como a *commodity* soja, tem promovido o crescimento do mercado exportador gaúcho.

Além disso, grande parte da produção anual adicional de soja do estado tem como destino a China, a qual apresenta grandes taxas de crescimento do consumo interno desta leguminosa, tanto que, entre 2006 e 2011, houve crescimento de 136,8%. Um dos fatores que contribuiu para aumentar as exportações de soja em grão foi a Lei Kandir, que desonerou as exportações de produtos *in natura* do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS).

Outro fator que colaborou para o crescimento não só do grão, mas de todo o complexo soja foi a desvalorização cambial de 1999, o mesmo ocorrendo para as exportações de fumo. Nessa mesma relação, outro fator que teve efeito negativo nas exportações gaúchas foram as especificidades de alguns contratos chineses, no que tange a questões fitossanitárias, as quais restringiram em grande parte as exportações do estado.

Porém, para o mercado exportador de fumo, ressalta-se a tendência de declínio devido às políticas de redução de produção, consumo e comercialização, devido a questões atreladas à saúde.

Na mesma linha, o índice de contribuição para o saldo comercial evidenciou vantagem comparativa na produção de soja e de fumo no Rio Grande do Sul, bem como tendência de aumentar a vantagem comparativa no primeiro caso. Todavia, as condições climáticas são fundamentais para este resultado; isto ficou evidente pelos resultados negativos encontrados nos anos de 2005 e 2012, como consequência de estiagens.

Em suma, pode-se ressaltar o crescimento do mercado exportador de soja do estado, principalmente devido à crescente demanda chinesa, porém tem-se uma perspectiva de retração do setor de fumo devido às políticas de desestímulo de produção e consumo adotadas pela OMS.

Desta forma, é necessário o desenvolvimento de condições macroeconômicas adequadas, tanto em questões políticas, quanto de promoção de investimentos em tecnologia, infraestrutura, entre outros, para amenizar possíveis efeitos conjunturais negativos, bem como para manter a competitividade do estado. Além disso, pode-se sugerir estratégias do setor público e privado no intuito de promover maior agregação de valor ao produto exportado, gerando maior renda e empregos para a economia local.

A despeito da relevância dos resultados, faz-se necessário ressaltar possíveis limitações, as quais podem ser tomadas como sugestões a serem atendidas em estudos futuros, como a não consideração de barreiras tarifárias e fitossanitárias impostas pela China às exportações de soja e fumo do Brasil e, conseqüentemente, do estado, bem como o aprofundamento do trabalho ao considerar a dotação de fatores como terra, capital e trabalho

para aprimorar a tendência das vantagens comparativas na produção e exportação de soja e fumo do Rio Grande do Sul frente ao mercado chinês.

REFERÊNCIAS

- ALICE WEB - ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Consultas**. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2015.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS- APEX-BRASIL. **Perfil exportador do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/RIOGRANDEDOSUL2013_20130717104711.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2013.
- AZÚA, D. E. R. **O neoprotecionismo e o comércio exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 1986.
- BELLO, T.S. As exportações do RS em 2003. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 95-124, fev. 2004.
- BRUM, A. L.; HECK, C.R. **Economia internacional: uma síntese da análise teórica**. Ijuí: Unijuí, 2005.
- CALDAS, B.B. O desempenho das exportações gaúchas em 2012. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 51-60, 2013.
- CASSUCE, F. C. C.; SANTOS, M. L.. Desvalorizações cambiais e captação de divisas: o caso brasileiro de soja em grão. **Revista Organizações Rurais e Agroindústrias**, Lavras, v. 7, n. 3, p. 298-311, 2005.
- CAVES, R. E.; FRANKEL, J. A.; JONES, R. W. **Economia Internacional: comércio e transações globais**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 598.
- CORONEL, D.A.. **Fontes de crescimento e orientação regional das exportações brasileiras do complexo soja**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- CORONEL, D. A.; MACHADO, J. A. D.; CARVALHO, F. M. A. Análise da competitividade das exportações do complexo soja brasileiro de 1995 a 2006: uma abordagem de market-share. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 281-307, maio/ago. 2009.
- FERRARI FILHO, F. Economia Internacional. In: SOUZA, N.de J..**Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 1997.
- FISCHER, S. **A estiagem, a produção e a produtividade da lavoura gaúcha**. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/a-estiagem-a-producao-e-a-produtividade-da-lavoura-gaucha>>. Acesso em: 21 jan. 2015.
- FRIES, C. D.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M.; BENDER FILHO, R. Avaliação do crescimento das exportações do agronegócio gaúcho: uma aplicação do método constant-market-share. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET/UFSM**, vol. 17, nº 17, dez 2013.
- FRIES, C. D.; CONTE, B. P.; CORONEL, D. A. Análise das exportações gaúchas de fumo (2001-2012). **Perspectiva Econômica (UNISINOS- Impreso)**, v. 10, p. 1-13, 2014.
- FREITAS, C. A.; BARRERO, G. A. B. A fumicultura no Rio Grande do Sul: uma abordagem sob a ótica da Nova Economia Institucional. **Anais...** In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juíz de Fora -MG. Exportações, Segurança Alimentar e Instabilidade dos Mercados. Juíz de Fora - MG: Embrapa Gado de Leite, UFJF, UFL, UFV, 2003.

- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Comentários acerca dos números finais do PIB do RS e das demais unidades da federação em 2010**. Porto Alegre: Centro de Informações Estatísticas. Núcleo de Contabilidade Social, 2013. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/pib/estado/pib-2010-rs-uf-brasil.pdf>>. Acesso em: 14 de março 2015.
- FÜRSTENAU, V. A safra de grãos de verão 2003/04 no Brasil e no Rio Grande do Sul. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 95-104, ago. 2004.
- GARCIA, A.A. O comércio exterior do RS em 2001. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 94-128, fev. 2002.
- ILHA, A. S.; CORONEL, D.A.. Vantagens Comparativas Reveladas e Orientação Regional da soja brasileira frente à União Européia e ao Foro de Cooperação Econômica na Ásia e no Pacífico (1992-2004). **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 43-62, jan./mar. 2006.
- KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005, 558 p.
- KRUGMAN, P. OBSTEFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Makron Books, 1999.
- LAFAY, G. La mesure des avantages comparatifs revéles. **Economie Prospective Internationale**, n. 41, p. 27-43, 1990.
- LOPES, M. M.; SILVA, R. A.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M.; FREITAS, C. A. Análise da competitividade das exportações agrícolas brasileiras para a China: uma análise do complexo soja e fumo. **Revista UNIABEU**, v. 6, n. 13, p. 189-208, 2013.
- MAIA, J. M. **Economia internacional e comércio exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). 2012. Agronegócio. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 01/12/2014.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. **Sistema AliceWeb**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2015.
- MOREIRA, M. G., **Soja – Análise da Conjuntura Agropecuária**. 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/soja__2013_14.pdf> Acesso em 29 jan. 2014.
- PEREIRA, R. D. et al. Especialização e vantagens competitivas do estado de Mato Grosso no mercado internacional: um estudo de indicadores de comércio exterior no período 1996-2007. **Revista de Economia**. v. 35, n. 3, p. 41-58. 2009.
- PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.
- RAINELLI, M. **Nova teoria do comércio internacional**. Tradução: Ribeiro, Viviane. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RISCO, G. R. M., As exportações gaúchas em 2013. **Indicadores Econômicos – IEE**. Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 63-70, 2014.
- ROBSON, P. **The Economics of International Integration**. London, George Allen & Unwin, 1980.
- SALVATORE, D. **Economia Internacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos (LTC), 2000.
- SANTOS, D. T.; BATALHA, M. O.; PINHO, M. A evolução do consumo de alimentos na China e seus efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras. **Revista de Economia Contemporânea**, v.1, n.2, mai./ago. 2012.

- SOJA brasileira alimenta apetite chinês. **Zero Hora**, Porto Alegre, 5 out. 2013. Economia, Campo e Lavoura, notícias. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/campo-e-lavoura/noticia/2013/10/soja-brasileira-alimenta-apetite-chines-4290760.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. I.
- SOUZA, S.S.S. de *et al.* Mudanças cambiais e o efeito dos fatores de crescimento das receitas de exportações brasileiras de soja. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 5, n. 1, p. 1-24, jan./mar. 2007.
- VIANNA, S. T. W.; BRUNO, M. A. P.; MODENESI, A. M. **Macroeconomia para o Desenvolvimento**: crescimento, estabilidade e emprego. 4. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.
- WILDER, A.; MARTINES FILHO, J. G.; BARROS, A. M.. Soja: produção, comercialização e Lei Kandir. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. 1 CD-ROM.
- WILLIANSO, J. MILNER, C. **The word economy**: a textbook in international economics. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- YEATS, A. **Does Mercosur's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements?** Policy, Planning and Research: working paper n. 1729. Washington: Word Bank, fev. 1997.

NOTAS

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UFSM e bolsista de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). E-mail: mygrelopes@gmail.com. Avenida Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria- RS, CEP: 97105-900, Prédio 74-C, sala 4206. E-mail: mygrelopes@gmail.com

² Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestrando do PPGA da UFSM e bolsista de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: abbaders@gmail.com. Avenida Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria- RS, CEP: 97105-900, Prédio 74-C, sala 4206. E-mail: abbaders@gmail.com

³ Bacharel em Administração pela UFSM. E-mail: brunopconte@yahoo.com.br.

⁴ Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da UFSM. E-mail: nadine_lermen@hotmail.com

⁵ Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor Adjunto do PPGA e Diretor da editora da UFSM. E-mail: daniel.coronel@uol.com.br. Homepage: www.daniel.coronel.com.br. Avenida Roraima, nº 1000, Cidade Universitária,

Bairro Camobi, Santa Maria- RS, CEP: 97105-900, Prédio 74-C, sala 4206. E-mail: daniel.coronel@uol.com.br

⁶ Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor Adjunto do PPGA da UFSM. E-mail: reisolibender@yahoo.com.br. Avenida Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria- RS, CEP: 97105-900, Prédio 74-C, sala 4204. E-mail: reisolibender@yahoo.com.br